

SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N° 34, DE 23 DE DEZEMBRO 2005, QUE DISPÕE SOBRE CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL -CTM, ALTERA A COMPLEMENTAR N° 07, DE 19 DE DEZEMBRO 2001, E DÁ **OUTRAS** DΕ PROVIDÊNCIAS."

MARCOS FERREIRA GODOY, Prefeito do Município de Itapevi, no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 48, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprova e ele promulga e sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° A Lei Complementar n° 34, de 23 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 42 (...)

- I nas transmissões compreendidas noSistema Financeiro de Habitação:
- a) 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado;

(...)

II - nas demais transmissões 5% (cinco
por cento)."



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

"Art. 93 Fica atribuída de modo expresso, а responsabilidade pelo crédito tributário, a terceira pessoa vinculada ao fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISSQN devido neste Município, conforme dispõe os artigos 53, 56 e 57, desta Lei Complementar."

"Art. 94 Os responsáveis a que se refere o artigo 93 estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte."

"Art. 95 Sem prejuízo do disposto no artigo 94, também são responsáveis tributários:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos descritos servicos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17. 05 e 17.10 da Tabela ΙI desta Lei Complementar, exceto na hipótese serviços do subitem 11.05, relacionados monitoramento e rastreamento ao



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas Informação Tecnologia da Veicular, independentemente de 0 prestador de serviços ser proprietário ou infraestrutura de telecomunicações que utiliza;

III - as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, tomadoras ou intermediárias de serviços, ainda que imunes ou isentas, nas hipóteses previstas nos §§ 1° e 2°, do Art. 53, desta Lei Complementar;

IV - as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 6° do art. 53 desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar;

Parágrafo único. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço."

"Art. 96 São, ainda, especificamente e especialmente responsáveis tributários:

I - a empresa ou clube de seguro e de capitalização, bem como seu representante, quanto ao imposto devido pelos serviços a ela prestados, por empresa corretora, intermediadora ou agenciadora de seguro e de capitalização;

empresa ou entidade administre ou explore loteria e outros jogos, apostas, sorteios, prêmios ou similares, pelo imposto devido sobre as comissões, remunerações e demais valores pagos, a qualquer título, aos seus agentes, revendedores, correspondentes ou concessionários, inclusive, quando sob a forma de desconto sobre o valor de face do produto;

III - a empresa de plano de saúde, pelo imposto devido sobre as comissões e demais valores pagos aos seus agentes e representantes;

IV - a empresa concessionária de serviços públicos de transmissão ou fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, internet e



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120
Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

congêneres, pelo imposto devido sobre os serviços de cobrança ou recebimento de suas faturas ou contas;

V - a empresa concessionária de qualquer público ou, serviço qualquer empresa de direito público ou privado, contratante, ocupante como ou similar, de infraestrutura de concessionária ou permissionária de serviços públicos, compartilhada ou não, postes, cabos, dutos, condutos, torres e congêneres, pelo imposto devido pelos serviços constantes na Tabela II, desta Lei Complementar, especialmente do subitem 3.04, prestados pela própria contratada ou detentora da infraestrutura ou por meio de terceiros;

VI companhia а aérea ou seus representantes, pelo imposto devido sobre as comissões pagas à agência de operadora turística, viagem е à relativas às vendas de passagens aéreas, pacotes e congêneres;

VII - a empresa de telecomunicação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas aos seus agentes ou revendedores, ainda que sob a forma de desconto sobre o valor de face do produto ou serviço distribuído ou agenciado;



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

VIII - as sociedades que explorem serviços de plano de medicina de grupo ou individual e convênios ou de outros planos de saúde, do imposto devido pelos serviços tomados;

IX - a empresa de locação, cessão, venda e compra de bens móveis e imóveis, pelo imposto devido sobre as comissões, remunerações e similares pagas aos corretores, intermediários e congêneres;

X - o patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, por estádios, por teatros, por salões e por congêneres, em relação aos eventos realizados; e

XI - outros, conforme disposto nesta Lei
Complementar."

"Art. 97 A partir da vigência desta Lei Complementar e, de qualquer procedimento adotado pela ser fiscalização tributária, todos responsáveis OS tributários ficam enquadrados no Regime Solidariedade Tributária, estando obrigados a reter o imposto devido neste Município dos prestadores de serviços, independentemente:



SECRETARIA DE GOVERNO

- I da localização da sede ou domicílio dos responsáveis ou prestadores dos serviços;
- II dos responsáveis ou prestadores de serviços estarem inscritos no Cadastro Municipal; e,
- prestadores dos III os serviços emitirem qualquer documento fiscal gerencial, bem como declararem, de qualquer forma, que deve haver а retenção do imposto.
- § 1º O responsável tributário deverá efetuar a retenção do imposto utilizando-se da base de cálculo e da alíquota, conforme previsto nesta Lei Complementar.
- § 2° Deverá haver a retenção das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, as quais deverão informar no seu documento fiscal, a alíquota legal devida, sob pena de ser aplicada a alíquota de 5% (cinco por cento).
- § 3° No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.



SECRETARIA DE GOVERNO

- § 4° O responsável tributário deverá fornecer comprovante da retenção ao prestador do serviço.
- § 5° Não deverá haver retenção do imposto, desde que comprovada a condição, dos:
- I prestadores de serviço sob a forma
 de trabalho pessoal do próprio contribuinte;
- II serviços prestados por meio de
 sociedades de profissionais;
- III contribuintes enquadrados em
 regime especial de recolhimento;
- IV contribuintes imunes ou isentos do
 referido imposto; e,
- V Microempreendedores Individuais MEIs, optantes pelo Sistema de Recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos Simples Nacional SIMEI."
- "Art. 98 Independentemente de ter sido efetuada a retenção na fonte, os responsáveis tributários deverão recolher o imposto integral devido ao Município, incluindo multas e acréscimos



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 Tel.: (11) 4143-7600 | <u>sec.governo@itapevi.sp.gov.br</u>

legais, no prazo e na forma prevista nesta Lei Complementar."

"Art. 99 Os responsáveis tributários estão obrigados a efetuarem a Declaração Mensal de Serviços Tomados, conforme disposto em regulamento expedido pelo Chefe do Poder Executivo."

Parágrafo único. Revogado

"Art. 99-A Fica atribuído ao contribuinte prestador de serviços, o caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da obrigação principal e acessória, inclusive no que se refere à multa e os acréscimos legais, quando houver a retenção do imposto devido na fonte."

"Art. 99-B O imposto retido e/ ou recolhido indevidamente, poderá ser restituído àquele que demonstrar o direito à devolução ou ser abatido de outros tributos a vencer.

- § 1º A restituição deverá ser requerida, formalmente, por meio de pedido dirigido Secretaria Municipal da Fazenda e Patrimônio, instruído de documentos comprobatórios da alegação.
- \$ 2° Caso a documentação apresentada
 não seja suficiente, a Fazenda Pública,



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

para analisar o pedido, poderá exigir outros documentos que entender necessários ao seu convencimento."

"Art. 99-C No caso dos servicos administradoras prestados pelas cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, da lista de serviços, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão registrados no local do domicílio do tomador do serviço."

"Art. 178 A Contribuição de Melhoria - CM poderá ser cobrada pelo Município, por meio de lei específica, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total à despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado."

"Art. 195 A Contribuição de Iluminação Pública - CIP incidirá, individualmente sobre cada ligação à rede de distribuição de energia elétrica existente, e será tributado de acordo com a categoria de uso do imóvel."

"Art. 213 (...)

(...)



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120
Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

II - até 30 (trinta) dias a contar da data da alteração cadastral ocorrida, tais como: nome, razão social, endereço, atividade, sócio, fusão, cisão, incorporação, extinção, baixa e todas outras alterações que venham a causar prejuízo a administração.

(...)"

Art. 2° Fica acrescido o Título IX - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL, da Lei Complementar n° 34, de 23 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com os seguintes dispositivos:

TÍTULO IX

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

"Art. 348-A Este título regula as disposições gerais do processo administrativo tributário relativas aos Autos e Termos de Fiscalização."

Seção I

Dos Prazos

"Art. 348-B Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 1° Os prazos só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal no



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

órgão em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2° A autoridade julgadora, atendendo a circunstâncias especiais poderá, em despacho fundamentado, prorrogar pelo tempo necessário o prazo para realização de diligência."

Seção II

Da Ciência dos Atos do Processo Administrativo Tributário

"Art. 348-C Considera-se intimado o sujeito passivo dos atos e decisões do processo administrativo tributário, alternativamente:

I - com a publicação do extrato da decisão em jornal ou no Diário Oficial;

II - com o recebimento, por via postal,
de cópia da decisão, com aviso de
recebimento, a ser datado, firmado e
devolvido pelo destinatário ou pessoa de
seu domicílio;

III - pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão ao sujeito passivo, a seu representante legal, mandatário ou preposto, contra assinatura datada no expediente em que foi prolatada a decisão;



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 Tel.: (11) 4143-7600 | <u>sec.governo@itapevi.sp.gov.br</u>

IV - por meio do Domicílio Eletrônico do Cidadão Itapeviense - DEC, na forma do artigo 370-A.

Parágrafo único. Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, a intimação de um deles dos atos e decisões do procedimento tributário, na forma estabelecida neste artigo, aproveita aos demais."

CAPÍTULO II

Do Processo Administrativo Tributário

Seção I

Das Normas Gerais

"Art. 348-D Ao processo administrativo tributário aplicam-se subsidiariamente as disposições do processo administrativo comum.

- § 1° Os processos administrativos tributários que tiverem como sujeito passivo ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências, em qualquer instância.
- § 2° 0 interessado na obtenção do benefício previsto no § 1°, juntando



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente para decidir o feito.

- § 3° Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do sujeito passivo ou interessado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável."
- "Art. 348-E Estando o processo em fase de julgamento, os erros de fato ou de direito serão corrigidos pela autoridade competente para o julgamento, de ofício ou em razão de impugnação ou recurso, não sendo causa de decretação de nulidade.
- § 1º Nos casos de erros corrigidos de ofício, o sujeito passivo será cientificado, devolvendo-lhe o prazo para pagamento ou parcelamento do débito, com os descontos previstos na lei, ou apresentação da impugnação.
- § 2° A autoridade julgadora mandará suprir as irregularidades existentes, quando não puder efetuar a correção de ofício.
- § 3° Quando, em exames posteriores e diligências, realizados no curso do



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

processo, forem verificadas incorreções, omissões ou inexatidões de que resultem agravamento da exigência inicial, será lavrado auto de infração e imposição de multa ou emitida notificação de lançamento complementar, devolvendo ao sujeito passivo o prazo para defesa da matéria agravada."

"Art. 348-F Fica assegurada, ao contribuinte, responsável autuado ou interessado, a plena garantia de defesa e prova."

"Art. 348-G O julgamento dos atos e defesas compete:

- I em pedido de Reconsideração, encaminhado diretamente a Autoridade Fiscal autuante;
- II Recurso de Primeira Instância,
 encaminhado ao Chefe Imediato;
- III Recurso de Segunda Instância,
 encaminhado a Secretário da Fazenda e
 Patrimônio."

"Art. 348-H É facultado ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, na repartição pública, quando for o caso."



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

"Art. 348-I Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas por servidor público."

Seção II

Da Impugnação

- "Art. 348-J A impugnação de exigência fiscal instaura a fase contraditória.
- § 1º O contribuinte, o responsável e o infrator poderão impugnar qualquer exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.
- § 2° O impugnante poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.
- § 3° A impugnação será dirigida à autoridade julgadora de primeira instância e deverá conter:
- I a qualificação do interessado o número do contribuinte no cadastro



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120
Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

respectivo e o endereço para receber a intimação;

II - matéria de fato ou de direito em
que se fundamenta;

III - as provas do alegado e a indicação
das diligências que pretenda sejam
efetuadas, com os motivos que a
justifiquem;

IV - o pedido formulado de modo claro e
preciso.

- **§ 4°** O servidor que receber a impugnação dará recibo ao apresentante.
- § 5° A impugnação tempestiva terá efeito suspensivo da cobrança."
- "Art. 348-K Recebida a impugnação, a autoridade julgadora determinará de ofício a realização das diligências que entender necessárias, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para sua efetivação."
- "Art. 348-L A autoridade julgadora decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação, por escrito, com redação clara e precisa.



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

- § 1º A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações da impugnação, devendo decidir de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.
- § 2º No caso de a autoridade julgadora entender necessário, poderá converter o julgamento em diligência, determinando as novas provas a serem produzidas e o prazo para sua produção."
- "Art. 348-M A intimação da decisão será feita na forma do artigo 348-C."
- "Art. 348-N O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas até 90 (noventa) dias, contados da data da intimação da decisão."

Parágrafo único. Sendo devido o crédito tributário a importância depositada será automaticamente convertida em renda da Municipalidade."

Art. 3° O Capítulo IV - SUJEITO PASSIVO, do Título II OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, do Livro Segundo - NORMAS GERAIS DE
DIREITO TRIBUTÁRIO, da Lei Complementar n° 34, de 23 de



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

dezembro de 2005, passa a vigorar acrescido da Seção V - Domicílio Eletrônico do Cidadão Itapeviense - DEC e dos seguintes dispositivos:

Seção V

Domicílio Eletrônico do Cidadão Itapeviense - DEC

"Art. 370-A Fica instituída а eletrônica comunicação entre а Secretaria Municipal de Fazenda Patrimônio e o sujeito passivo dos tributos municipais por meio do Domicílio Eletrônico do Cidadão Itapeviense - DEC, sendo obrigatório o credenciamento mediante uso de assinatura eletrônica, observadas а forma, condições e prazos previstos em regulamento, para:

I - as pessoas jurídicas;

II- os condomínios edilícios
residenciais e comerciais;

III - os delegatários de serviço público
que prestam serviços notariais e de
registro;

IV - os advogados regularmente
constituídos nos processos e expedientes
administrativos;



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

V - o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil, não enquadrado como Microempreendedor Individual.

- § 1º A comunicação entre a Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio e o terceiro a quem o sujeito passivo tenha outorgado poderes para representá-lo poderá ser feita na forma prevista por esta Lei Complementar.
- § 2° Para as pessoas jurídicas optantes Especial Unificado pelo Regime Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e para o empresário individual a que se refere o inciso V do "caput" deste artigo, que não possuam certificado digital, credenciamento será efetuado por meio de código de acesso, na forma que dispuser a Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio."
- "Art. 370-B A Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio poderá utilizar a comunicação eletrônica para, dentre outras finalidades:



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

I - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, inclusive da lavratura de autos de infração;

II - encaminhar notificações e
intimações;

III - expedir avisos em geral.

Parágrafo único. A expedição de avisos por meio do DEC, a que se refere o inciso III do "caput" deste artigo, não exclui a espontaneidade da denúncia nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional."

"Art. 370-C O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á após seu credenciamento na Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio, na forma prevista em regulamento.

§ 1° Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio, com tecnologia que preserve o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.



SECRETARIA DE GOVERNO

- Ultrapassado o prazo definido em regulamento, para 0 credenciamento obrigatório por parte das pessoas referidas nos incisos I a V do art. 370-A deste Código, caberá à Secretaria Municipal de Fazenda е Patrimônio promover o credenciamento de ofício, devendo a comunicação deste ato endereçada pelos correios, com aviso de recebimento.
- § 3° Recebida a comunicação a que se refere o § 2° deste artigo, considerarse-á a pessoa jurídica credenciada no DEC, data a partir da qual todas as comunicações poderão ser realizadas por meio do portal."
- "Art. 370-D Uma vez realizado credenciamento nos termos do art. 370-C desta lei, as comunicações da Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio ao sujeito passivo serão feitas por meio portal eletrônico, emdenominado DEC, dispensando-se publicação no Diário Oficial do Município, a notificação ou intimação pessoal, ou o envio por via postal.
- § 1° A comunicação feita na forma prevista no "caput" deste artigo será



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

considerada pessoal para todos os efeitos legais.

- § 2º Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.
- § 3° Na hipótese do § 2° deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
- § 4° A consulta referida no § 2° e § 3°, deste artigo, deverá ser feita em até 10 (dez) dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.
- § 5° No interesse da Administração Pública, a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação."
- "Art. 370-E As comunicações que transitem entre órgãos da Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio serão feitas preferencialmente por meio eletrônico.



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

Parágrafo único. Para acessar o DEC, onde estão disponíveis as comunicações entre a Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio e o sujeito passivo, e para assinar documentos eletrônicos, servidor público deverá utilizar digital certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil."

"Art. 370-F Ao sujeito passivo que se credenciar nos termos desta lei, também será possibilitada a utilização de serviços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio no DEC.

Parágrafo único. Poderão ser realizados por meio do DEC, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio:

I - consulta a pagamentos efetuados, situação cadastral, autos de infração, entre outros;

II - remessa de declarações e de documentos eletrônicos, inclusive em substituição dos originais, para fins de saneamento espontâneo de irregularidade tributária;



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

III - apresentação de petições, defesa, contestação, recurso, contrarrazões e consulta tributária;

IV - recebimento de notificações,
intimações e avisos em geral;

V - outros serviços disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda e Patrimônio ou por outros órgãos públicos conveniados."

"Art. **370-G** O documento eletrônico transmitido na forma estabelecida nesta Seção, com garantia de autoria, integridade, autenticidade е será considerado original para todos os efeitos legais.

- § 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e transmitidos na forma estabelecida nesta seção têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.
- § 2° Os originais dos documentos digitalizados, a que se refere o § 1° deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor durante o prazo



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

decadencial previsto na legislação tributária."

"Art. **370-H** Considera-se entreque documento transmitido por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao da Secretaria Municipal sistema de Patrimônio, devendo Fazenda е ser disponibilizado protocolo eletrônico ao sujeito passivo.

Parágrafo único. Quando o documento for transmitido eletronicamente para atender prazo, serão considerados tempestivos aqueles transmitidos até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo previsto na comunicação." (NR)

Art. 4° Os artigos 406, 469, 475 todos da Lei Complementar n°34 de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 406 O parcelamento poderá ser concedido, a critério da Autoridade Administrativa Fazendária, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais.

(...)"

"Art. 469 (...)



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

TABELA I

Lei Complementar Municipal n° 34 de 2005

ITEM	LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS (TRABALHO PESSOAL DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE)	VALOR FIXO ANUAL EM UFMs
1	Trabalho profissional de nível elementar.	156
2	Trabalho profissional de nível médio.	286
3	Trabalho profissional de nível superior.	429

TABELA II

ITEM	LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS	ALÍQUOTA (%)
1	Serviços de informática e congêneres.	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	2
1.02	Programação.	2



SECRETARIA DE GOVERNO

1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas	2
	eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	2
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	2
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei n° 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	5



SECRETARIA DE GOVERNO

	Serviços de pesquisas e	
2	desenvolvimento de qualquer	
_	natureza.	
	Serviços de pesquisas e	2
2.01	desenvolvimento de qualquer	
	natureza.	
2	Serviços prestados mediante	
3	locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
	congeneres.	
	(VETADO)	_
3.01		
3.02	Cessão de direito de uso de	5
3.02	marcas e de sinais de propaganda.	
		_
	Exploração de salões de festas,	5
	centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras	
	esportivas, estádios, ginásios,	
3.03	auditórios, casas de espetáculos,	
3.03	parques de diversões, canchas e	
	congêneres, para realização de	
	eventos ou negócios de qualquer	
	natureza.	
	Locação, sublocação,	5
	arrendamento, direito de passagem	
3.04	ou permissão de uso, compartilhado	
	ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de	
	qualquer natureza.	
	quarquer nacureza.	
	Cessão de andaimes, palcos,	5
3.05	coberturas e outras estruturas de	
	uso temporário.	
	Compile to the state of the sta	
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
	medica e congeneres.	



SECRETARIA DE GOVERNO

4.01	Medicina e biomedicina.	3
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3
4.04	Instrumentação cirúrgica.	3
4.05	Acupuntura.	3
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3
4.07	Serviços farmacêuticos.	3
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3
4.10	Nutrição.	3
4.11	Obstetrícia.	3
4.12	Odontologia.	3
4.13	Ortóptica.	3
4.14	Próteses sob encomenda.	3
4.15	Psicanálise.	3



SECRETARIA DE GOVERNO

4.16	Psicologia.	3
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	3
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3



SECRETARIA DE GOVERNO

5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	3
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	3
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3



SECRETARIA DE GOVERNO

6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

7.04	Demolição.	5
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5
7.08	Calafetação.	5
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

		_
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5
7.14	(VETADO)	-
7.15	(VETADO)	-
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

	Pesquisa, perfuração, cimentação,	5
	mergulho, perfilagem, concretação,	
	testemunhagem, pescaria,	
7.21	estimulação e outros serviços	
	relacionados com a exploração e	
	explotação de petróleo, gás natural	
	e de outros recursos minerais.	
7.22	Nucleação e bombardeamento de	5
1.22	nuvens e congêneres.	
	Serviços de educação, ensino,	
	orientação pedagógica e	
8	educacional, instrução, treinamento	
	e avaliação pessoal de qualquer	
	grau ou natureza.	
8.01	Ensino regular pré-escolar,	2
3.02	fundamental, médio e superior.	
	Instrução, treinamento,	2
8.02	orientação pedagógica e	
	educacional, avaliação de	
	conhecimentos de qualquer natureza.	
9	Serviços relativos à hospedagem,	
9	turismo, viagens e congêneres.	
	Hospedagem de qualquer natureza	5
	em hotéis, apart-service	
	condominiais, flat, apart-hotéis,	
	hotéis residência, residence-	
	service, suite service, hotelaria	
9.01	marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada	
	com fornecimento de serviço (o	
	valor da alimentação e gorjeta,	
	quando incluído no preço da diária,	
	fica sujeito ao Imposto Sobre	
	Serviços).	



SECRETARIA DE GOVERNO

9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	2
9.03	Guias de turismo.	5
10	Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	2
10.06	Agenciamento marítimo.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

10.07	Agenciamento de notícias.	2
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	2



SECRETARIA DE GOVERNO

11.05	Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.	5
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01	Espetáculos teatrais.	5
12.02	Exibições cinematográficas.	5
12.03	Espetáculos circenses.	5
12.04	Programas de auditório.	5
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	5
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres	5
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5
-		



SECRETARIA DE GOVERNO

12.10	Corridas e competições de	5
	animais.	
	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com	5
12.11	ou sem a participação do	
	espectador.	
12.12	Execução de música.	5
	Produção, mediante ou sem	5
	encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows,	
12.13	ballet, danças, desfiles, bailes,	
	teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	
	· · · · · ·	
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante	5
	transmissão por qualquer processo.	
	Desfiles de blocos carnavalescos	5
12.15	ou folclóricos, trios elétricos e	
	congêneres.	
	Exibição de filmes, entrevistas,	5
12.16	musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas,	
	competições esportivas, de destreza	
	intelectual ou congêneres.	
12.17	Recreação e animação, inclusive	5
12.17	em festas e eventos de qualquer natureza.	
	Commisses melationes à forcementie	
13	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e	
	reprografia.	
13.01	(VETADO)	_



SECRETARIA DE GOVERNO

	Ennognafia au guarra	2
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	2
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	2
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	2
14	Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2



SECRETARIA DE GOVERNO

14.02	Assistência técnica.	3
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	3
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3
14.10	Tinturaria e lavanderia.	3
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3
14.12	Funilaria e lanternagem.	3



SECRETARIA DE GOVERNO

14.13	Carpintaria e serralheria.	3
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de	5
	veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

	2 ' 1 ' 2	
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5



SECRETARIA DE GOVERNO

15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16	Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	2
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	2
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2



SECRETARIA DE GOVERNO

	Datilografia, digitação,	2
	estenografia, expediente,	_
	secretaria em geral, resposta	
17.02	audível, redação, edição,	
	interpretação, revisão, tradução,	
	apoio e infra-estrutura	
	administrativa e congêneres.	
	-	
	Planejamento, coordenação,	2
17.03	programação ou organização técnica,	
	financeira ou administrativa.	
17.04	Recrutamento, agenciamento,	2
	seleção e colocação de mão-de-obra.	
	7	
	Fornecimento de mão-de-obra,	2
	mesmo em caráter temporário,	
17.05	inclusive de empregados ou	
	trabalhadores, avulsos ou	
	temporários, contratados pelo	
	prestador de serviço.	
	Propaganda e publicidade,	2
	inclusive promoção de vendas,	
	planejamento de campanhas ou	
17.06	sistemas de publicidade, elaboração	
	de desenhos, textos e demais	
	materiais publicitários.	
17.07	(VETADO)	-
17.08	Franquia (franchising).	2
	David de la lacela	
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos	5
	e análises técnicas.	
	Planejamento, organização e	2
	administração de feiras,	۷
17.10	exposições, congressos e	
	congêneres.	



SECRETARIA DE GOVERNO

	Organização de festas e	5
	recepções; bufê (exceto o	
17.11	fornecimento de alimentação e	
	bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	
	, 1	
17.12	Administração em geral, inclusive	2
17.12	de bens e negócios de terceiros.	
17.13	Leilão e congêneres.	5
17.14	Advocacia.	2
17.15	Arbitragem de qualquer espécie,	2
	inclusive jurídica.	
17.16	Auditoria.	2
17.10	Additolia.	2
17.17	Análise de Organização e Métodos.	2
	3	
17 10	Atuária e cálculos técnicos de	2
17.18	qualquer natureza.	
17.19	Contabilidade, inclusive serviços	2
27.23	técnicos e auxiliares.	
17.20	Consultoria e assessoria	2
	econômica ou financeira.	
17.21	Estatística.	2
17.21		۷
17.22	Cobrança em geral.	2
	Assessoria, análise, avaliação,	2
	atendimento, consulta, cadastro,	
	seleção, gerenciamento de	
17.23	informações, administração de	
	contas a receber ou a pagar e em	
	geral, relacionados a operações de	
	faturização (factoring).	



SECRETARIA DE GOVERNO

17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	2
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	



SECRETARIA DE GOVERNO

19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferro portuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01	Serviços portuários, ferro portuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	2
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	2



SECRETARIA DE GOVERNO

20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive	2
20.03	suas operações, logística e congêneres.	
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5
22	Serviços de exploração de rodovia.	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	



SECRETARIA DE GOVERNO

24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2
25	Serviços funerários.	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5
25.03	Planos ou convênio funerários.	5
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	2
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	



SECRETARIA DE GOVERNO

26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5
27	Serviços de assistência social.	
27.01	Serviços de assistência social.	2
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2
29	Serviços de biblioteconomia.	
29.01	Serviços de biblioteconomia	2
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5
32	Serviços de desenhos técnicos.	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	2



SECRETARIA DE GOVERNO

aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. 2 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		Serviços de desembaraço	
despachantes e congêneres. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações 2 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia.	33		
Serviços de desembaraço despachantes e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações 2 34.01 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. 36 Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia.	33	i i	
aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações 2 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. 2 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de meteorologia.		despachances e congeneres.	
33.01 aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações 2 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. 36 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de meteorologia.		Servicos de desembaraco	5
Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações 2 2 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia.	33.01		
Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações 2 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia.		i i	
34 particulares, detetives e congêneres. Serviços de investigações 2 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. 36 Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de artistas, atletas,			
Serviços de investigações 2 34.01 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. 36 Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia.		Serviços de investigações	
Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, 2 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia. Serviços de meteorologia.	34	particulares, detetives e	
34.01 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, 2 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36 Serviços de meteorologia. Serviços de artistas, atletas,		congêneres.	
34.01 particulares, detetives e congêneres. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, 2 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36 Serviços de meteorologia. Serviços de artistas, atletas,			
Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. Serviços de artistas, atletas,		Serviços de investigações	2
Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. Serviços de artistas, atletas,	34.01	particulares, detetives e	
assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, 2 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. Serviços de artistas, atletas,		congêneres.	
assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. Serviços de reportagem, 2 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. Serviços de artistas, atletas,			
e relações públicas. Serviços de reportagem, 2 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,		Serviços de reportagem,	
Serviços de reportagem, 2 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,	35	assessoria de imprensa, jornalismo	
35.01 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,		e relações públicas.	
35.01 assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,			
e relações públicas. 36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,		Serviços de reportagem,	2
36 Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,	35.01	assessoria de imprensa, jornalismo	
Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,		e relações públicas.	
Serviços de meteorologia. 36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,			
36.01 Serviços de meteorologia. 2 Serviços de artistas, atletas,	36	Servicos de meteorologia.	
Serviços de artistas, atletas,			
37	36.01	Serviços de meteorologia.	2
37		Servicos de artistas atletas	
moderos e manequins.	37		
		moderos e manequins.	
Serviços de artistas, atletas, 2		Serviços de artistas, atletas,	2
37.01 modelos e manequins.	37.01		
38 Serviços de museologia.	38	Serviços de museologia.	
38.01 Serviços de museologia. 2	38.01	Serviços de museologia.	2
Serviços de ourivesaria e	30	Serviços de ourivesaria e	
lapidação.	39	lapidação.	
•			



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120

Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

	Serviços	de	ouri	vesaria	е	2
39.01	lapidação	(quando	o ma	aterial	for	
	fornecido p	elo toma	dor d	o serviç	:0).	
40	Serviços	relativ	ros a	obras	de	
	arte sob en	comenda.				
	arte sob en	.comenda.				
40.01	Obras de		enco	menda.		2

"Art. 475 (...)"

Tabela VIII CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP Lei Complementar Municipal n° 34 de 2005

RESIDENCIAL				
FAIXA DE CONSUMO POR CONTRIBUINTE EM KW/H	INCIDÊNCIA	VALOR EM UFMS		
1 a 30		ISENTO		
31 a 80	MENSAL	3,30		
81 a 220		8,80		
221 a 500		13,20		
501 a 1000		19,80		
1001 a 1500		26,40		
1501 a 2000		35,20		
2001 em diante		71,50		



Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

NÃO RESIDENCIAL

NAO RESIDENCIAL			
INCIDÊNCIA	VALOR EM UFMS		
	5,00		
	6,00		
	14,00		
	15,50		
	19,00		
MENSAL	24,50		
	38,50		
	45,50		
	49,00		
	61,00		
	70,00		
	105,00		
	140,00		
	175,00		
	INCIDÊNCIA		



Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

USO INSTITUCIONAL

FAIXA DE CONSUMO POR CONTRIBUINTE EM KW/H	INCIDÊNCIA	VALOR EM UFMS
1 a 100		7,50
101 a 200		9,00
201 a 400		21,00
401 a 600		23,25
601 a 800		28,50
801 a 1000	MENSAL	36,75
1001 a 1500		57,75
1501 a 2000		68,25
2001 a 2500		73,50
2501 a 3500		91,50
3501 a 4000		105,00
4001 a 5000		157,50
5001 a 7000		210,00
7001 em diante		262,50

Art. 5° O artigo 3°, da Lei Complementar n° 7, de 19 de dezembro de 2001, alterado pela Lei Complementar 90, de 07 de julho de 2017, passa vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 3° No cálculo do valor venal, que servirá de base para o Lançamento do



SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 | Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

Imposto Predial e Territorial Urbano será aplicado 12% (doze cento) de redução sobre os preços constantes na Planta Genérica de Valores, sendo que tal percentual será de 20% (vinte por cento) quando incidir sobre a tabela de valores básicos de custo de reprodução de edificação."

Art. 6° Ficam remidos nesta data os débitos tributários referentes a Taxa de Custeio Ambiental - TCA relativa aos imóveis edificados e com o devido fornecimento de água concernentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Parágrafo único. A remissão de que trata o caput se opera independentemente de requerimento ou ato concessivo, não implicando a restituição de valores pertinentes a créditos extintos ou parcelados.

Art. 7° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com exceção ao artigo 5° que produzirá seus efeitos a partir de 4 de fevereiro de 2026.

Art. 8° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, 31 de outubro de 2025.

MARCOS FERREIRA GODOY
PREFEITO

JONATAS FELIPE FRANCISCO SECRETÁRIO DE GOVERNO